

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

Autonomia intelectual nas primeiras décadas do século XX: o Congresso Luso-Brasileiro de História de 1940

Intellectual Autonomy in the Early Decades of the 20th Century:
The Luso-Brazilian History Congress of 1940

Alesson Ramon Rota¹

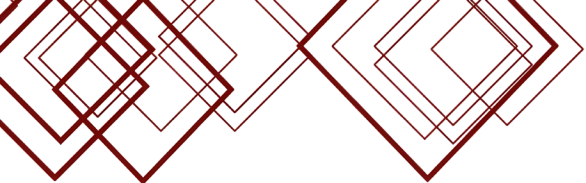
Resumo: Este texto visa revisitar as relações internacionais luso-brasileiras de 1940, utilizando documentações do Congresso Luso-Brasileiro e métodos digitais de pesquisa. Investigamos como os intelectuais atuando para o Estado balancearam interesses políticos e demandas acadêmicas emergentes, dividindo-se. Destaca-se a atuação da rede intelectual em projetos para a escrita da História da América. A pesquisa digital forneceu ferramentas quantitativas para rastrear redes intelectuais e desvendar dinâmicas complexas que podem ser sub-representadas em análises qualitativas.

Palavras-chave: Redes intelectuais, escrita da história, história digital

Abstract: This text aims to revisit the Luso-Brazilian international relations of 1940, using documentation from the Luso-Brazilian Congress and digital research methods. We investigate how intellectuals working for the State balanced political interests and emerging academic demands, dividing themselves. The action of the intellectual network in projects for the writing of the History of America is highlighted. Digital research provided quantitative tools to track intellectual networks and uncover complex dynamics that may be underrepresented in qualitative analyses.

Keywords: Intellectual networks, writing of history, digital history

¹Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), financiado pela Fundação Paulista de Pesquisa (FAPESP). Mestre em História pela Unicamp e graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com um período de intercâmbio na Universidade de Coimbra. Pesquisador visitante na Freie Universität Berlin. Colaborador nos laboratórios de pesquisa CHD-Unicamp e GUMELAB-FU. Vencedor do Prêmio de Monografia 2016 da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH). Membro dos grupos de pesquisa História e Linguagens Políticas: Razão, Sentimentos e Sensibilidades, e Historiografias Periféricas em Perspectiva Global. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9167-7903>. E-mail: alesson.rota@gmail.com.



Introdução

332 Este texto propõe uma revisão das relações internacionais luso-brasileiras em 1940, com base em documentações do Congresso Luso-Brasileiro e na aplicação de métodos digitais de pesquisa. Analisamos como os intelectuais, atuando a serviço do Estado, equilibraram interesses políticos com demandas acadêmicas emergentes. O uso da pesquisa digital permitiu-nos empregar ferramentas quantitativas para mapear redes intelectuais e realçar evidências históricas que, de outra forma, poderiam permanecer sub-representadas, especialmente quando se trata de intelectuais menos conhecidos ou cujos acervos pessoais não foram preservados. Destaca-se a peculiaridade do Congresso Luso-Brasileiro, organizado por Portugal com a cooperação de instituições brasileiras, entre as quais o IHGB é uma das mais significativas. Dentro desse quadro, notamos que o IHGB dedicava significativa atenção aos debates sobre a História da América, mas sem perder de vista o mundo ibérico.

As relações entre Portugal e Brasil do ponto de vista das relações internacionais são longínquas. São países que compartilham experiências históricas e linguísticas de modo que é possível perceber diversos movimentos de aproximação ao longo dos últimos séculos. Ainda no XIX podemos citar as iniciativas do Itamaraty e do Instituto Histórico Geográfico e Brasileiro em torno de um projeto de escrita da história nacional que considerasse a cultura portuguesa, os debates em ambos os países sobre o positivismo republicano e os gabinetes de leitura portugueses no Brasil. Durante o século XX houve inúmeros debates sobre as relações entre Brasil e Portugal em autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Jaime Cortesão, Vitorino Magalhães Godinho, Joel Serrão e Barradas de Carvalho. Esta perspectiva intelectual foi acompanhada das discus-

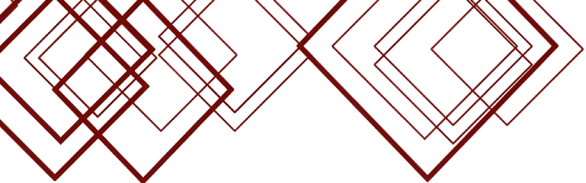
sões sobre acordos ortográficos e Congressos Luso-brasileiros. Mais recentemente vislumbra-se viradas interpretativas sobre os enquadramentos no Atlântico Sul acompanhados de projetos de preservação documental como *Projeto Co-Luso* e *Projeto Resgate*.

Autores como Lúcia Maria Paschoal Guimarães (2006), Leandro Pereira e Marçal Paredes (2017), Manoel Luís Salgado Guimarães (2011), Omar Ribeiro Thomaz (2002), João Nunes e Américo Freire (2013), Luís Reis Torgal et al. (1995) são uma pequena amostra de olhares cruzados, perspectivas transnacionais ou globais que procuram abordar Portugal e Brasil. Essas abordagens crescem à medida que documentos históricos são disponibilizados a nível internacional, conforme escreveu Sebastian Conrad (2017) Métodos digitais, como dados quantitativos e ferramentas de análise textual, são pertinentes para rastrear dados sobre as atuações de intelectuais, sobretudo quando delimitamos as documentações culturais produzidas no âmbito das relações internacionais, onde há considerável uso da datilografia – o que permite fazer o reconhecimento de caracteres e buscas quantitativas e qualitativas com algoritmos de uso livre.²

333

A partir das potencialidades arquivísticas supracitadas tem se um lugar privilegiado para pensar a relação entre Estados, a partir de dados produzidos na interação, sobretudo quando atentamos para o que Hugo Suppo (2013) chamou de quarta dimensão das relações internacionais: a dimensão cultural. Portanto, visamos entender as produções e práticas culturais em torno das relações internacionais como um fenômeno de compreensão e aproximação entre os povos e instituições em proveito mútuo e não apenas como uma “relação

2(cf ROTA, 2023a; ROTA e NICODEMO 2023b; ROTA, 2022). É importante considerar que, com a popularização dos algoritmos baseados em aprendizado profundo, conhecidos como Inteligência Artificial, as transcrições de documentos manuscritos podem enfrentar os mesmos desafios que os documentos datilografados.

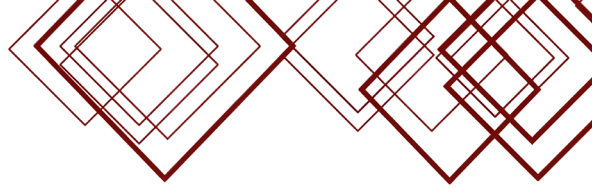


cultural para a *consecução de objetivos nacionais*". (RIBEIRO, 1989:33) Dito em outra forma, não podemos reduzir os signos oriundos de práticas e interpretações apenas como propaganda governamental.

Política externa brasileira: entre a Europa e as Américas

334 A Proclamação da República no Brasil trouxe alterações na política externa brasileira, principalmente em relação às Américas. Angela Alonso (2002) anota que já no Manifesto Republicano de 1870 reivindicava-se sob as lideranças de Joaquim Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva maior integração do Brasil no continente. O que reflete apenas um uso político de práticas diplomáticas desenvolvidas desde a Independência e que podem ser rastreadas através das obras de Joaquim Nabuco, por exemplo (MARSON, 2008) Do ponto de vista da escrita da história, obras como *História da América* (1900) de Rocha Pombo, *A América latina: males de origem* de Manoel Bomfim, *A Ilusão Americana* (1917) de Eduardo Prado e *O Pan-Americanismo de Oliveira Lima* (1905) são sintomáticas da efervescência nos debates políticos sobre o posicionamento do Brasil em relação aos assuntos relacionados à América e a necessidade de uma reavaliação. Conforme estudo de Kátio Baggio, “houve, neste período, um evidente fortalecimento do americanismo no Brasil, ainda que o exemplo norte-americano tenha sido aquele que ganhou a adesão efetiva da maioria dos intelectuais” (BAGGIO, 1998: 9).

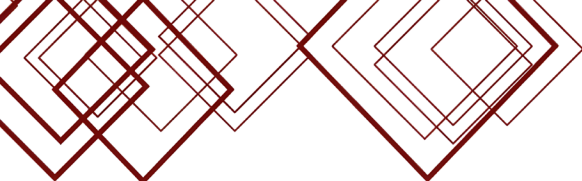
Luís Villafañe anota que a aproximação entre Brasil e América na diplomacia acentuou-se no final do Segundo Reinado, com o convite estadunidense para participar da Conferência Pan-Americana de 1889 em Washington. Apesar do papel do Brasil ter sido diminuto na



Conferência, porque estava mais preocupado com a política interna às vésperas da Proclamação da República, as instruções passadas pelo Itamaraty aos delegados brasileiros mostram uma das características que marcaram o paradigma pragmático da diplomacia das décadas seguintes. O “Brasil não tem interesse em divorciar-se da Europa”, (MRE Apud SANTOS, 2004:117) de modo que o país deveria analisar pragmaticamente as proposições dos EUA. Esse pragmatismo foi definido por Paulo Vizontini como uma transição entre a unilateralidade hegemônica inglesa e estadunidense, durante a Monarquia e o início da República, em processo de substituição lenta pela multilateralidade, ainda não concretizada até hoje (VIZENTINI, 2014)

O Itamaraty fez ao longo das primeiras décadas do século XX diversas avaliações sobre a inserção brasileira no cenário internacional, que teve repercussão dentro das diversas instituições do Estado, pautando políticas econômicas, culturais e sociais. Alguns exemplos-chave ocorreram após a já citada Proclamação da República (1889), após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a adesão à Sociedade das Nações, após a saída da Sociedade em 1926, mas continuando no Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, e após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). (GARCIA, 2006). Como produto cultural dessas reavaliações é possível citar a criação da *Revista Americana* (1909-1919) estudada por Fernando de Castro (2012), os acordos Linguísticos entre Brasil e Portugal (1911, 1931, 1952), a Criação da Comissão Nacional de Cooperação Intelectual (1926) estudada por Juliette Dumont (2008) e por José Resende (2013), A biblioteca de Autores Trazidos ao Português e ao Castelhana (1933) estudada por Raquel Paz (2012) e Ana Paula Barcelos Ribeiro da Silva (2011).

Quando analisamos este conjunto de elaborações em redes intelectuais, percebemos entrelaçamentos entre trajetórias pessoais e



336

projetos acadêmicos duradouros, atravessados por diversos governos. Para isto, reunimos em um banco de dados os acervos digitais da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, da Academia Nacional de História da Argentina, a Revista Americana do Itamaraty (através da Biblioteca Nacional), da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP, da Biblioteca Digital de Obras Raras da UFRJ. Também digitalizamos localmente documentações pertinentes no acervo do Itamaraty, do IHGB e do acervo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.³ Depois mensuramos a relação estabelecidas entre os intelectuais quantitativamente, utilizando circulares de encontros científicos, citações em livros, anais de congressos, repercussão em jornais e revistas acadêmicas, como forma qualificar essa interação. Circunscrevemos o mapeamento entre os anos de 1909 e 1940, porque correspondem a criação da *Revista Americana* do Itamaraty e do Congresso Luso-Brasileiro de História. Essa nova organização de documentos a partir de um banco de dados possibilitou até mesmo encontrar documentos perdidos dentro dos acervos, sem correspondência entre os catálogos e sua posição exata nas Latas do acervo.

Considerando os métodos digitais de pesquisa, podemos visualizar uma delicada balança entre a leitura qualitativa *in loco* no acervo, como tradicionalmente feita pelos historiadores, e a eficiência de digitalizar em massa para análise posterior (sem a necessidade de estar fisicamente arquivo). Ao trilhar o caminho digital, digitalizamos todos os documentos históricos produzidos no ambiente das relações internacionais que envolvessem temáticas culturais, em vez de seguir a classificação dada pelos catálogos. Primeiro digitalizamos serialmente no arquivo e depois reorganizamos tematicamente no banco de dados.

³ O banco de dados foi desenvolvido para a pesquisa de doutorado Rede intelectual e pan-americanismo: relações entre a política e a escrita da história no Cone Sul, financiado pela FAPESP, como alternativa aos adventos da pandemia de covid-19.



Além de encontrarmos informações que podem passar despercebidas na pesquisa de campo no arquivo, podemos utilizar as informações quantitativas para identificar padrões de atuação entre os nós de uma rede. O gráfico de redes apresentado abaixo oferece uma representação visual das interconexões entre acervos, indicados pelas esferas laranjas, e intelectuais, representados pelas esferas verdes. A dimensão das esferas sugere a intensidade das interações dos intelectuais com os acervos. Através deste gráfico, podemos observar a centralidade e o impacto da Revista do IHGB, indicado pela maior esfera laranja, que com 14.4 mil de menções, que parece um dos acervo históricos mais pertinentes para estudos diplomáticos e historiográficos circunscritos no período de 1909 a 1940. A distribuição das conexões permite inferir a repercussão de determinados intelectuais na formação e na disseminação do conhecimento histórico-cultural. As linhas entre as esferas demonstram as relações estabelecidas, podendo representar colaborações, correspondências ou citações.

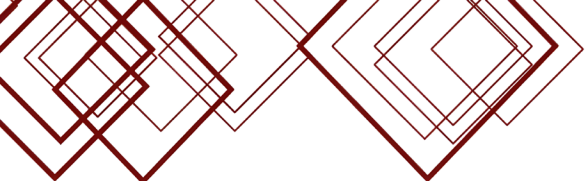
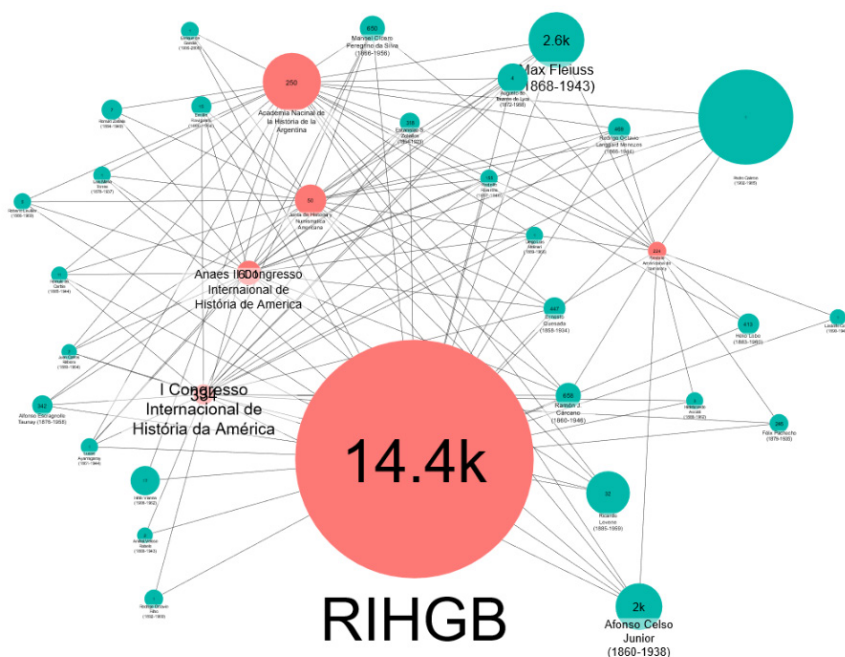


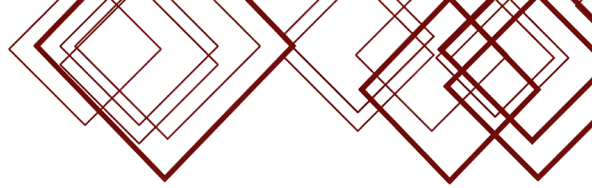
Figura 1 - Quadro de intelectuais cruzados segundos os acervos digitais mencionados no estudo (1909-1940)



338

Fonte: elaboração do autor

Pode-se ver que Afonso Celso Junior, Rodrigo Octavio Langgard, Max Fleiuss e Pedro Calmon foram os principais articuladores do lado brasileiro. Pelo lado argentino, Ramón Cárcano, Rodolfo Rivarola e Ricardo Levene. Também foi possível notar distinções na forma de atuar. Alguns intelectuais envolveram-se mais em trabalhos sobre a escrita da história, como no I Congresso Internacional de História da América, realizado no Rio de Janeiro em 1922, no qual Fleiuss foi um dos principais articuladores; na Biblioteca de Autores Traduzidos para o castelhano e o português (1935), na qual Calmon e Levene trabalha-



ram juntos; e no II Congresso Internacional de História da América, realizado em Buenos Aires sob a supervisão de Levene. Outros intelectuais como Afonso Celso, Rodrigo Octavio, Ramón Cárcano e Rodolfo Rivarola estiveram mais vinculados à política internacional, forjando acordos que propiciaram políticas culturais para ambos os países, culminando no Instituto Brasileiro-Argentino de Cultura e no Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura.

Já há trabalhos no Brasil começaram a estudar essa interação intelectual entre Brasil e Argentina nas primeiras décadas do século XX, destacando dois aspectos, um mais focado nas relações internacionais, na obra de Raquel Paz (2012), e outro de caráter historiográfico, como nas obras de Gabriela Oliveira (2019), Ana Paula Barcelos (2013), Maria Pascual Guimarães (2006). São trabalhos focados em situações específicas, como os acordos bilaterais entre os ministérios de Relações Exteriores do Brasil e da Argentina, a relação entre o IHGB e a União Pan-Americana, e as relações entre intelectuais como Max Fleiuss e Ricardo Levene. Contudo, quando observamos a figura abaixo, percebemos que ainda há relações a serem exploradas.

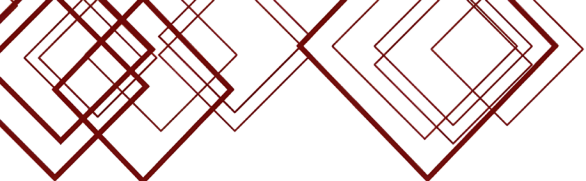


Figura 2 - Cruzamento entre intelectuais brasileiros e argentinos segundo as coleções do I e II Congresso Internacional de História da América, Boletim da Junta/Academia e Revista do IHGB. De 1920 a 1940.

Lista de Códigos	Aug...	Man...	Max...	Pedr...	Afo...	Rod...	Rod...	Afonso Ce...	Rod...	Enri...	Est...	Luc...	Ram...	Ro...	Rob...	Eme...	Emil...	Rica...
Augusto de Tavares de Lyra (1872-1915)	118	207	109	22	56	64	178			1	5	6	16			4		4
Manoel Cícero Peregrino da Silva (1866-1943)	118	203	44	8	23	77	229	2	1	2	9	1		1		3		3
Max Fleiuss (1868-1943)	207	203		174	28	80	141	513	11	7	3	12	23	3	11	5	3	53
Pedro Calmon (1902-1985)	109	44	174		15	57	42	72	7	3	2	1	13	9	13	1	8	44
Afonso Escagnolle Tauxay (1876-1952)	22	8	28	15		7	2	17					5	1				5
Rodrigo Octávio Filho (1892-1969)	56	23	80	57	7		27	48		1			7			1		2
Rodrigo Octávio Langgard Menezes (1886-1938)	64	77	141	42	2	27		134	7	2	1	2	18	1	1	2		12
Afonso Celso Junior (1860-1938)	178	229	513	72	17	48	134		5	3	3	10	37	2	1	9	2	15
Rodolfo Rivarola (1857-1946)	2	11	7		1		7	5		2	1	31	47	34	1	10	11	43
Enrique de Gandia (1906-2000)	1	1	7	3		1	2	3	2		1	6	6	25	3	2	3	35
Estanislao S. Zeballos (1854-1923)	5	1	3	2			1	3	1	1		2	16	3		43	2	8
Lucas Ayarragaray (1861-1944)	6	2	12	1			2	10	31	6	2		47	32		10	3	44
Ramón J. Cárcano (1860-1946)	16	9	23	13	5	7	18	37	47	6	16	47	62	62	3	36	20	171
Rómulo Zabala (1884-1949)		1	3	9	1		1	2	34	25	3	32	62	62	5	11	37	158
Roberto Levillier (1886-1969)			11	13			1	1	1	3			3	5		1	7	29
Ernesto Quesada (1858-1934)	4	3	5	1		1	2	9	10	2	43	10	36	11	1		1	34
Emílio Ravignani (1886-1954)			3	8				2	11	3	2	3	20	37	7	1		120
Ricardo Levene (1885-1959)	4	3	53	44	5	2	12	15	43	35	8	44	171	158	29	34	120	

Fonte: ROTA, 2022: 11

Na Figura 2, representa-se a medição da relação entre os principais nomes da rede intelectual que mapeamos. A relação é construída a partir da interseção entre os intelectuais catalogados, já que um autor é citado junto a outro. A relação pode significar a simples citação de um intelectual, a citação de intelectuais por um terceiro ou a participação nas reuniões da Junta de História e do IHGB, as quais foram registradas em atas e publicadas junto aos diários. Pelo lado brasileiro, houve constantes intercâmbios entre Tavares Lyra, Manoel Cícero Peregrino, Max Fleiuss, Pedro Calmon, Rodrigo Octávio. Langgard e Afonso Celso.

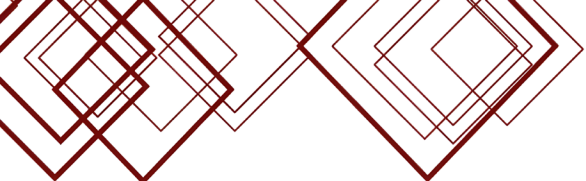
Do lado argentino, Levene foi o principal ponto de articulação entre a Junta e outros intelectuais como Lucas Ayarragaray, Ramón Cárcano, Rómulo Zabala e Emílio Ravignani. Ricardo Levene foi presidente da Junta de História e Numismática entre os anos de 1927-1931,



1934-1953 e 1955-59. Segundo os estudos de Fernando Devoto e Pagani Nora, (2009) a Junta reuniu historiadores de diferentes gerações, posições teóricas e políticas, mas na figura de Levene conseguiu uma certa coalizão a favor de movimentos institucionais que permitiram a institucionalização e expansão do campo historiográfico no país. Por esse motivo, vários historiadores da chamada Nova Escola Argentina, como Emilio Ravignan, Diego Luis Molinari e Luis M. Torres também frequentavam a Junta.

Dentro desta farta documentação, que incluem diversos congressos intelectuais ainda pouco estudados, revisitaremos um já conhecido: o Congresso Luso Brasileiro de História, com início em 18 de novembro de 1940. Dessa forma, podemos demonstrar como métodos quantitativos e qualitativos podem andar juntas na produção do conhecimento histórico. O Congresso Luso Brasileiro de História foi parte integrante da Exposição Histórica do Mundo português. Esta exposição foi dividida em três frentes: desfiles públicos, exposições visuais e Congressos de História. Ao todo foram nove Congressos divididos entre as temáticas de pré-história, história medieval, descobrimento e colonização, monarquia dualista, séculos XII ao XX, história luso-brasileira e colonizações contemporâneas. Ainda fariam parte do debate o Congresso sobre população, dedicado a discutir métodos para construção de dados censitários, e o Congresso Internacional de Mocidade. Contudo, como a Grande Guerra estava em curso durante a organização do evento e como esses dois últimos contavam com grande participação estrangeira, foram cancelados.

Sob a direção-geral de Júlio Dantas, a exposição do Mundo Português celebraria o duplo centenário, o oitavo século de surgimento do Estado Português, em 1140, e o terceiro século da restauração da Independência, em 1640. Com o crivo do Secretário de Propaganda



Nacional, Marc Ferro, a exposição teve mais um direcionamento: pensar 1940 como retorno triunfal de Portugal, através do Estado Novo comandado por António de Oliveira Salazar. Para Fernando Catroga, “levando em conta o teor geral das comunicações, os seus contributos para a renovação das perspectivas historiográficas não podiam ser grandes, pois a maioria assentava em premissas dogmáticas e acríticas”. (CATROGA, 1996: 600)

342

Em 1938 o IHGB recebeu o convite de Júlio Dantas para participar da Comissão encarregada de organizar o Congresso Luso-Brasileiro de História. Foi definido Basílio de Magalhães, responsável pela sessão de história do Instituto. (RIHGB, 1938: 812) No ano seguinte, Dantas foi eleito sócio honorário do IHGB como contrapartida. Na leitura de Paschoal Guimarães (2009), o Congresso Luso-Brasileiro de História (1940) foi um fracasso devido às políticas intervencionistas de Getúlio Vargas. Inicialmente os representantes brasileiros foram escolhidos por Júlio Dantas sendo eles: o Presidente da ABL, o Presidente do IHGB, além de Afrânio Peixoto e Antônio Rodrigues de Lima com quem Dantas tinha relações intelectuais mais antigas. Contudo, a pretensão do Governo Vargas em capitanear a Exposição para fins políticos deu luz à Comissão Brasileira dos Centenário Portugueses (1939) cujos delegados seriam nomeados pelo presidente da República. A leitura de Guimarães (2009) se fundamenta principalmente no desafeto entre Vargas e Afrânio Peixoto, na desconfiança do governo na figura de Rodrigo Lima, considerado comunista e nas correspondências de Júlio Dantas entre o Instituto Diplomático português e o Itamaraty.

Júlio Dantas tentou interferir para que os seus convidados fossem delegados. Em extenso ofício enviado à Embaixada no Brasil em Lisboa, descreveu todas as deliberações de organização do Congresso e diálogos estabelecidos com o Brasil desde 1938. Dantas pediu escl-



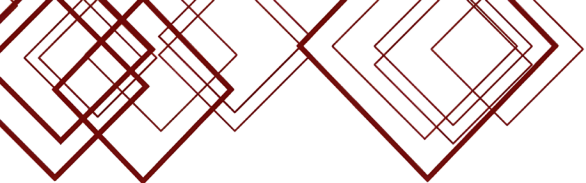
recimento sobre o funcionamento da Comissão Brasileira, haja vista que a organização do Congresso foi iniciativa de Portugal. No entendimento do Diretor Geral do Congresso do Mundo Português, deveria se utilizar como critério para seleção dos delegados oficiais a pessoa “que se propõe estudar a amizade e a cooperação luso-brasileira durante três séculos, cuja história é patrimônio comum das duas Nações.”⁴ Ou seja, deveria seguir critério de interesse acadêmico.

Até o dia 3 de outubro o governo tinha nomeado apenas José Carlos Macedo Soares, presidente do IHGB, Celso Vieira, presidente da ABL, Pedro Calmon, membro do IHGB, ABL e diretor da Faculdade de direito RJ (em substituição a Raul Leitão, reitor da mesma universidade), Emilio Fernandes de Souza Docca, membro do IHGB e militar, Fragata Didio Iratim Afonso da Costa, diretor do arquivo da marinha e militar e Gustavo Barroso, membro do IHGB e diretor do Museu Histórico Nacional. Para o governo brasileiro qualquer intelectual poderia participar do Congresso, mas não como delegado oficial. Porém, a Comissão Brasileira cedeu às pressões realizadas e nomeou tanto Afrânio Peixoto como Antonio Rodrigues Lima para delegados no dia 11 de novembro de 1940, oito dias antes do Congresso.⁵ A participação deles foi comprometida não apenas pelas obstruções do governo, mas principalmente pela Guerra, que tornou inviável o deslocamento para Portugal, cancelando a participação também de Pedro Calmon, José Macedo, Celso Vieira e Afonso da Costa. Foram delegados oficiais apenas Gustavo Barroso, Oswaldo Orico e Eugenio de Castro, que já se encontravam em Portugal meses antes da realização

343

4 Ofício nº3072. Congresso Luso-Brasileiro de História. Lata 34211

5 Nomeações de Presidente da República e da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para Antonio Austregesilo Rodrigues de Lima, Afrânio Peixoto, Didio Iratim Afonso da Costa, Celso Vieira, Emilio Souza Docca, Pedro Calmon, José Carlos de Macedo Soares, Gustavo Barroso e Eugênio de Castro. Peixoto e Lima foram nomeados 11 de novembro, enquanto os demais delegados em 4 do mesmo mês.



do Congresso.

O ofício de nomeação de 11 de novembro de 1940 é um dos documentos que se encontravam perdidos no acervo analógico do Itamaraty, sem correspondência entre a localização nas latas e o catálogo. A sua ausência nas séries pode levar a conclusão de que o Governo Vargas foi soberano na atribuição dos delegados oficiais, como se existisse uma linearidade entre o governante e o governado. Se considerarmos as cartas de nomeações tardias e o cancelamento da participação de todos os delegados oficiais que estavam em solo brasileiro, vemos que as disputas políticas não cessam com as indicações. Ao contrário, a consequência é o crescimento das tensões entre “os dois corpos de um governante” – para usar a expressão de Ernest Kantorowicz. (1998) – quando descreve os conflitos de interesses entre a liderança e as instâncias burocráticas do Estado.

344

Apesar de tudo, não é possível classificar a participação brasileira como um fracasso, porque as relações luso-brasileiras continuaram a ser desenvolvidas nos anos seguintes, incluindo a relação Peixoto-Dantas-Lima. Em 1941, esses mesmos intelectuais estiveram presentes numa sessão solene do IHGB dedicada a comentar o Congresso Luso-Brasileiro. Além dos discursos de Pedro Calmon e Júlio Dantas sobre o evento, a sessão aprovou textos de autores brasileiros apresentados em Portugal a serem republicados no Instituto. Ao todo, 25 autores brasileiros participaram da composição dos anais do Congresso Luso-Brasileiro de História. Foram eles Celso Vieira, Luís Viana Filho, Walter Spalding, Sousa Docca, Pereira Ferraz, Elói de Moura, Renato Mendonça, Mário Magalhães, Augusto de Lula Junior, Aureliano Leite, Sérgio Correa da Costa, Eugênio de Castro, Augusto Tavares Lyra, Afonso Taunay, Basílio de Magalhães, Dante de Laytano, Guy de Holanda, Saladino de Gusmão, Lindolfo Gomes, Hermes da Fonseca Filho, Edgar Duque



Estrada, Virgílio Correia Filho, Gustavo Barroso e Braz do Amaral.⁶ Júlio Dantas foi uma referência recorrente dentro do IHGB para abordar a cultura portuguesa, sendo citado pela primeira vez ainda em 1911 por João Ribeiro e lembrado até a sua morte, em 1962.

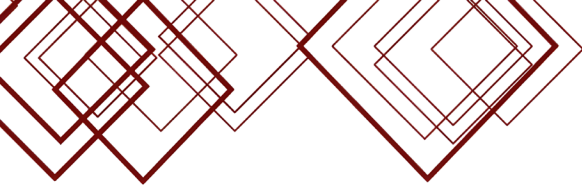
Considerações Finais

Revisitamos o Congresso Luso Brasileiro utilizando métodos digitais de pesquisa, de modo a enxergar as atuações de redes intelectuais ao longo de décadas. O trabalho de digitalização e reorganização temática de acervos históricos permitiu não só a localização de informações sobre determinados agentes históricos, mas também proporcionou uma outra perspectiva sobre as dinâmicas de produção cultural e diplomática da época. Observamos, apesar de ser tempos de autoritarismo caracterizado pelas crises nas democracias liberais pós-1929, intelectuais inseridos em altos escalões dos Estados que tiveram margens de negociações para modificar os projetos políticos discutidos à época. O Congresso Luso-Brasileiro de História serve como exemplo de uma rede intelectual mais perene que governos transitórios, fortalecida pelas demandas de um mundo acadêmico em efervescência, especialmente no Brasil.

345

Os métodos digitais colaboram para a construção de evidências históricas, mas não substituem os documentos em si, sejam analógicos ou digitalizados. Ao observarmos o documento de nomeação de delegado analisado no artigo, trata-se de um ofício, produzido juntamente com outras correspondências, que deixa rastros das ações humanas. Este fato reforça a importância dos documentos originais como fontes irreplaceáveis de pesquisa, destacando que a tecnologia é uma ferra-

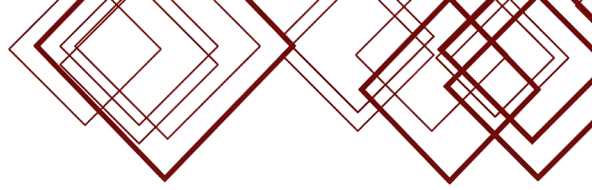
⁶ Congresso Mundo Português, discursos, programa mensagens :1941, P. 311-317.



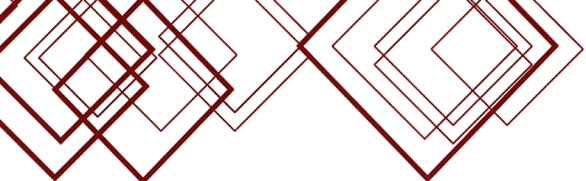
menta complementar que amplia a nossa capacidade de análise e compreensão dos eventos históricos.

REFERÊNCIAS

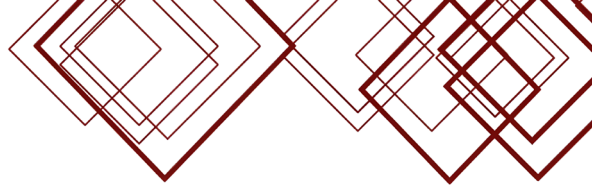
- ALONSO, Angela Maria. *Idéias em Movimento: A geração 70 na crise do Brasil*. 2002.
- BAGGIO, Kátia Gerab. *A “OUTRA” AMÉRICA: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, 1998.
- BARCELOS, Ana Paula. *Diálogos sobre a Escrita da História Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina (1910-1940)*. Tese. ICHF. UFF: Niteroi, 2011
- 346 CASTRO GOMES, Angela; HANSEN, Patrícia S.. *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. IN: *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.
- CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: a Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2012.
- CONRAD, Sebastian. *Historia global: Una nueva visión para el mundo actual*. Editorial Critica, 2017.
- DA SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro. *Diálogos sobre a escrita da história. Ibero-americanismo, catolicismo, (des)qualificação e alteridade no Brasil e na Argentina*. (Tese). UFF, 2011
- DE FARIA, Rodrigo. *Pensar por Redes*. IN JACQUES, Paola B., PEREIRA, Margareth da Silva. *Nebulosas do pensamento urbanís-*



- tico. Salvador: EDUFBA, 2018 101
- DEVOTO, Fernando, NORA, Pagano. Historia de la historiografía Argentina. Buenos Aires: Sudamerica, 2009
- DOS SANTOS, Raquel Paz. Um novo olhar sobre o país vizinho: a cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954). Editora Multifoco, 2012.
- DUMONT, Juliette. L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil (1924-1946). Éditions de l'IHEAL: Paris, 2008.
- GARCIA, Eugênio Vargas. Entre América e Europa: política externa brasileira na década de 1920. Brasília: UNB, 2006.
- GONÇALVES, Leandro Pereira; PAREDES, Marçal. Diálogos entre Autoritarismo e Democracia no mundo Ibero-Americano. Porto Alegre: Edipucrs, 2017
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, 1946- Max Fleiüss (1868-1943) 347
: historiador e memorialista. Ano 168, n. 434, p. 121-132, jan./mar. 2007. p.124.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Entre os dois Mecenatos. In: Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1889-1938. Editora Museu da República, 2006
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O sucesso da (re)inauguração da Sala do Brasil, na Universidade de Coimbra (1937) e o fracasso do Congresso Luso-Brasileiro de História (1940) IN: Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Historiografia e Nação no Brasil. 1838-1857. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- KANTOROWICZ, Ernst Hartwig. Os Dois corpos do rei um estudo sobre teologia política medieval. Companhia das Letras, 1998.



- LESSA, Mônica Leite, SUPPO, Hugo. A quarta dimensão das relações internacionais. 2ed. Contra Capa, 2013
- Marson, Izabel Andrade. Política, história e método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão. EDUFU, 2008.
- NUNES, João; FREIRE, Américo. Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 2013.
- operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933). Tese IFCH, UFRGS: 2019
- RESENDE, José Armando Zema. A cooperação intelectual internacional da Sociedade das Nações e o Brasil (1922-1938): dinâmicas de um processo. Dissertação de Mestrado. UNB. PPGHIS: 2013.
- RIBEIRO, Edgard Telles. Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 1989
- ROTA, Alesson Ramon. 2022. «El Uso De La minería De Datos Como heurística Para La teoría De La Historia Y La Historia De La historiografía». *Amoxtli*, n.º 7 (mayo). Santiago, CL. <https://doi.org/10.38123/amox7.205>.
- ROTA, Alesson Ramon. Archive and Non archive Notes on the Use of Data Science for Research on Digitized Historical Archives IN: IN: BANOU, Penelope et al (org) Artists' paper : a case in paper history. Viena: Berger, 2023a.
- ROTA, Alesson Ramon. Mineração de história em acervos históricos digitalizados IN: In: NICODEMO, T. L.; ROTA, A. R.; MARINO, I. K. Introdução: das humanidades digitais à história digital. In: NICODEMO, T. L.; ROTA, A. R.; MARINO, I. K. (Orgs). Caminhos da história digital no Brasil. Vitória: Editora Milfontes, 2022.



- ROTA, Alesson Ramon; NICODEMO, Thiago Lima. Arquivos pessoais e redes sociais: o twitter construído como documento histórico. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 36, p. 44-67, 2023b.
- SANTOS, Luis Carlos Villafañe. O Brasil entre a Europa e a América: o Império e o interamericanismo (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: UNESP, 2004
- SILVA, Gabriela Correa. Dos passados heterogêneos ao mosaico continental: pan-americanismo e
- THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Fapesp, 2002.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes, O Brasil e a história das Relações Internacionais, *Esboços: histórias em contextos globais*, v. 21, n. 32, p. 18–40, 2014.

349

Recebido em: 25/03/2024 • Aprovado em: 12/08/2024